A PEDAGOGIA HOSPITALAR COMO FERRAMENTA DE APOIO À APRENDIZAGEM E REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS HOSPITALIZADAS NO HOSPITAL REGIONAL DE CAMETÁ/PA

Laryssa Dos Santos Ferreira[1]

[1]Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará. Baixo Tocantins. Cametá-PA, Brasil. Email santosufpa22@gmail.com .

Resumo

O presente artigo analisa a pedagogia hospitalar como ferramenta de inclusão social, humanização e garantia do direito à educação de crianças hospitalizadas, tendo como campo empírico o Hospital Regional de Cametá, no estado do Pará. A hospitalização infantil impõe desafios que ultrapassam o campo da saúde, afetando diretamente o desenvolvimento educacional, emocional e social das crianças. Diante disso, a pedagogia hospitalar busca assegurar a continuidade do processo educativo durante o período de internação, respeitando as condições clínicas dos pacientes. A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem etnográfica, configurando-se como um estudo de caso, realizado por meio de entrevista semiestruturada com uma pedagoga atuante no hospital. Os resultados evidenciam a relevância da atuação pedagógica no ambiente hospitalar para a reintegração escolar e social das crianças, ao mesmo tempo em que apontam desafios como a ausência de classe hospitalar, brinquedoteca e políticas públicas específicas no município. Conclui-se que, apesar dos avanços legais, a prática ainda enfrenta barreiras significativas e requer maior apoio governamental e investimentos para que o direito à educação seja plenamente garantido nesse contexto.

Palavras-Chave: Pedagogia Hospitalar. Inclusão Social. Direito à Educação.

Introdução

A educação transcende os limites da escola tradicional e se torna um instrumento de inclusão social, adaptando-se a diferentes realidades e oferecendo oportunidades de aprendizagem para todos, independentemente de suas condições. (Fontes, 2008). Neste contexto, a pedagogia hospitalar emerge como uma abordagem educacional específica para crianças internadas, reconhecendo as necessidades e desafios desse público.

Entretanto, apesar dos avanços legais e teóricos que reconhecem a educação como direito universal, observa-se que a garantia desse direito para crianças hospitalizadas ainda enfrenta inúmeros desafios na prática. A hospitalização infantil provoca a ruptura da rotina escolar, do convívio social e familiar, podendo ocasionar prejuízos cognitivos, emocionais e sociais. Matos e Mugiatti (2001) ressaltam que a escola é um espaço privilegiado de socialização e que sua interrupção pode gerar impactos negativos no desenvolvimento da criança. Segundo as autoras, "a ruptura do vínculo escolar durante o período de hospitalização

pode acarretar prejuízos emocionais, sociais e cognitivos, interferindo no processo de desenvolvimento infantil" (MATOS; MUGIATTI, 2001, p. 17). Assim, o problema que orienta este estudo consiste em compreender: de que forma a pedagogia hospitalar tem sido efetivada enquanto política e prática educacional e quais são os desafios para assegurar a continuidade da aprendizagem e a reintegração social de crianças hospitalizadas?

No campo teórico, estudos sobre pedagogia hospitalar destacam seu papel na humanização do atendimento em saúde, na manutenção do vínculo com a escola e na promoção do desenvolvimento integral da criança, mesmo em situações de adoecimento (FONTES, 2008; MATOS; MUGIATTI, 2001). Todavia, em contextos marcados por limitações estruturais e escassez de políticas públicas, como é o caso de municípios do interior da região amazônica, a efetivação dessa prática torna-se ainda mais complexa, evidenciando a necessidade de investigações que deem visibilidade a essas realidades.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza etnográfica, delineada como estudo de caso, realizada no Hospital Regional de Cametá-PA. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada com uma pedagoga atuante na instituição, complementada por levantamento bibliográfico e análise documental. A análise dos dados fundamentou-se na análise de conteúdo, buscando compreender as práticas, desafios e contribuições da pedagogia hospitalar no contexto investigado.

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar a pedagogia hospitalar como ferramenta de apoio à aprendizagem, humanização e reintegração social de crianças hospitalizadas no Hospital Regional de Cametá-PA, evidenciando seus desafios e perspectivas a partir do relato de uma profissional da área.

Desenvolvimento

2.1 A educação hospitalar como direito da criança

Crianças e jovens adoecidos enfrentam desafios que afetam a sua educação devido aos frequentes e, muitas vezes, prolongados processos de tratamento e internação a que são submetidos. Neste cenário, as classes hospitalares se apresentam como uma ferramenta para promover a continuidade da educação para essa população. A Constituição Federal de 1988 garante o direito a educação e a saúde para todos, no entanto, apesar de não especificar a educação em relação à criança hospitalizada, a Carta Magna abre espaço para que outros aparatos legais possam a vir amparar este público. Do direito a Educação, a Constituição Federal 1988 trata em seu, Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse sentido, podemos compreender, portanto, que o direito a educação é de todos e para todos, em quaisquer circunstâncias.

Ter aula em um hospital é um direito do aluno garantido por lei. O artigo 214 da Constituição Federal afirma em um dos seus objetivos que as ações do Poder Público devem conduzir à universalização do atendimento escolar. Além disso, a "classe hospitalar" está inserida dentro de uma perspectiva inclusiva na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) como educação especial. Estão incluídos alunos com necessidades educacionais especiais, deficientes auditivos, físicos, com deficiências motoras e múltiplas e outras síndromes, assim como portadores de dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento. Também os alunos impossibilitados de frequentar aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial. Isso demonstra a necessidade de haver pedagogo no ambiente hospitalar, pois este vai promover as crianças atividades lúdicas e recreativas para que possam não apresentem tanta dificuldade quando voltarem à escola.

Outro importante preceito sobre a o direito da criança a educação hospitalar é a Lei 13.716, de 24 de setembro de 2018 altera o Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que passou a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

> " Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa."

Nessa perspectiva, podemos observar que o direito da criança hospitalizada a educação vem se afirmando cada vez mais através das bases legais. Ainda temos muito que lutar para que esse direito realmente seja efetivado na prática, porém cada lei relacionada a esse ele é um grande avanço para esse campo que tanto necessita de atenção.

2.2 Relação entre educação e saúde no contexto hospitalar

A hospitalização, mesmo com atendimento diferenciado e humanizado, representa uma mudança radical na vida cotidiana de crianças e adolescentes, que, por natureza, são ativos e inquietos. Essa interrupção da rotina, principalmente a escolar, pode gerar impactos psicológicos, como alertam Matos e Mugiatti (2006, p. 17):

"A escola de fato é o meio de socialização por excelência, onde o escolar desenvolve treinamento em habilidades sociais, em ambiente natural e alegre a sua ruptura pode ocasionar graves problemas de natureza psicopatológica".

A citação de Matos e Mugiatti destaca a importância crucial da escola como ambiente de socialização para crianças e adolescentes. Ela argumenta que a escola é o local ideal para o desenvolvimento de habilidades sociais, pois oferece um ambiente natural, alegre e estimulante, propício à interação e ao aprendizado. Portanto, evidencia a importância da escola como um ambiente fundamental para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, e como a interrupção dessa experiência pode gerar consequências negativas para a saúde mental.

A saúde é um bem precioso que exige atenção constante e ações eficazes para garantir o bem-estar de todos. A construção de um futuro mais saudável depende do compromisso de governos, instituições, profissionais de saúde e da sociedade como um todo. É fundamental investir em políticas públicas eficazes, promover a saúde individual e coletiva, combater as desigualdades e fortalecer o sistema de saúde. Somente com ações coordenadas e um olhar holístico sobre a saúde poderemos construir um futuro mais saudável e próspero para todos. Como afirma o artigo 196 da constituição federal de 1988:

> A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A citação em questão, extraída do texto constitucional, afirma que a saúde é um direito fundamental de todos e um dever do Estado. Isso significa que o Estado tem a obrigação de garantir que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, independentemente de sua condição social, econômica ou geográfica. Para isso, o Estado deve implementar políticas sociais e econômicas que promovam a saúde, prevenindo doenças e garantindo acesso universal e equitativo a ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.

A educação é um dos pilares mais importantes para o desenvolvimento de qualquer sociedade. É através dela que indivíduos adquirem conhecimento, habilidades e valores, transformando-se em cidadãos capazes de construir um futuro melhor para si e para o mundo. A educação de qualidade é um direito fundamental, e a garantia desse direito é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através da educação, podemos promover a inclusão social, combater a pobreza, reduzir as desigualdades e fortalecer a democracia. A constituição federal de 1988 no artigo 205:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação, direito fundamental de todos e responsabilidade compartilhada entre Estado e família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, buscando o desenvolvimento integral do indivíduo, preparando-o para a cidadania e para o mundo do trabalho. Ela acontece em todos os espaços da vida, desde a família até a comunidade. É através da educação que aprendemos a conviver em sociedade, a respeitar o próximo, a solucionar problemas e a construir um futuro mais próspero para todos.

A relação entre educação e saúde é um assunto importante para a construção de sociedades mais justas e prósperas. Ao longo da história, a humanidade reconheceu a importância de investir em ambos os pilares, compreendendo que a educação capacita indivíduos com o conhecimento, as habilidades e os valores essenciais para uma vida plena e produtiva, enquanto a saúde garante o bem-estar físico, mental e social, permitindo que as pessoas explorem todo o seu potencial. Essa interdependência se manifesta em diversos aspectos, como a educação em saúde, que capacita indivíduos a tomar decisões informadas sobre seus hábitos e a buscar cuidados médicos adequados, e a influência da saúde física e mental no desempenho escolar e na capacidade de aprendizagem, impactando diretamente o desenvolvimento individual e social.

2.3 A pedagogia hospitalar no município de Cametá

A pedagogia hospitalar é uma prática educacional que visa assegurar o direito à educação de crianças e adolescentes hospitalizados, oferecendo um suporte pedagógico que permite a continuidade dos estudos durante o período de internação. Atuando como uma ponte entre o ambiente escolar e o hospitalar, essa pedagogia tem como objetivo minimizar o impacto da hospitalização no processo de aprendizagem, garantindo que os estudantes não percam o vínculo com a escola. Em Cametá, essa modalidade de ensino é fundamental para atender às necessidades educacionais e emocionais de jovens em situação de vulnerabilidade, proporcionando um acompanhamento personalizado que respeita o ritmo e as condições de saúde dos alunos. Além disso, colabora para a inclusão e a reintegração dos estudantes à sua rotina escolar após a alta hospitalar, sendo um exemplo de como a educação pode ser adaptada a diferentes contextos, mantendo sua função formadora e transformadora.

Apesar de sua importância, a pedagogia hospitalar em Cametá enfrenta desafios significativos que comprometem sua eficácia. Um dos principais problemas é a falta de recursos materiais e humanos adequados para sustentar o atendimento contínuo e de qualidade.

Além disso, a infraestrutura hospitalar em Cametá não é ideal para a implementação de atividades pedagógicas, como por exemplo, a implementação de uma classe hospitalar e a falta de materiais didáticos.

Ademias, não existe uma brinquedoteca no hospital, pois sabemos que seria fundamental que existisse essa brinquedoteca, pois a brinquedoteca, acima de tudo, serve para fazer as crianças felizes e ainda, proporcionar a aprendizagem, a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, de forma natural e agradável. Nela, a construção do conhecimento se desenvolve de maneira prazerosa.

Outro fator limitante é a falta de políticas públicas que garantam a estruturação adequada da pedagogia hospitalar no município, resultando em ações pontuais e mal distribuídas, que acabam não atendendo a todos os estudantes hospitalizados. A ausência de uma rede de comunicação eficiente entre as escolas, hospitais e a Secretaria de Educação também contribui para a descontinuidade dos processos de ensino-aprendizagem durante o período de internação.

Esses desafios destacam a necessidade de maior investimento e planejamento na pedagogia hospitalar em Cametá, para que possa cumprir seu papel de forma integral, assegurando a todos os alunos o direito à educação, independentemente de sua condição de saúde.

2.4. Desafios e perspectivas da pedagogia no ambiente hospitalar

Com o objetivo de compreender os desafios e as perspectivas da pedagogia hospitalar, foi realizada uma entrevista com a pedagoga doutora Jaqueline Mendes Bastos, atuante no hospital investigado. A partir da entrevista com a pedagoga doutora Jaqueline Mendes Bastos, observa-se que, embora o cargo de pedagoga em ambientes hospitalares não exija formalmente uma especialização, a formação complementar tem um impacto significativo na prática profissional. Bastos destaca que a especialização em áreas como Psicologia Educacional e Gestão contribui tanto para o desenvolvimento de competências específicas quanto para a obtenção de pontos em concursos. A pedagoga salienta que o conhecimento adquirido através dessas formações é um diferencial importante na atuação cotidiana: "As especializações em psicologia, ela ajuda muito. Eu vejo que ela ajuda" (BASTOS, 2024).

Essa afirmação sugere que o contexto hospitalar exige do pedagogo habilidades e conhecimentos que vão além da pedagogia tradicional, principalmente no que se refere ao manejo psicológico e à gestão de situações delicadas que envolvem o bem-estar dos alunos-

pacientes. Em ambientes complexos como o hospitalar, é essencial que o profissional saiba lidar com questões emocionais e cognitivas dos alunos que se encontram em situações de vulnerabilidade, ressaltando a importância de uma formação abrangente para responder adequadamente aos desafios da educação em saúde.

A pedagoga destaca que suas atribuições vão além do atendimento direto às crianças, envolvendo também a articulação de formações continuadas, parcerias institucionais e apoio à gestão hospitalar. Nesse sentido, o pedagogo atua como mediador entre o hospital e outras instituições formativas, colaborando para a qualificação dos servidores da saúde e para a organização de eventos institucionais.

A pedagoga doutora Jaqueline Mendes Bastos esclarece que, embora suas funções no hospital envolvam diversas atividades administrativas e de gestão, ela também mantém contato direto com os pacientes, especialmente as crianças. Bastos menciona o projeto "Deixa a Criança Sorrir", que se baseia na teoria de Henri Wallon, e cujo objetivo é trabalhar a autonomia e a heteronomia das crianças internadas, utilizando atividades lúdicas como a pintura e o desenho: “Nós temos um projeto [...] e a gente leva algumas atividades lúdicas [...] para que elas possam pintar. [...] A gente vai analisando se ela tem autonomia ou heteronomia” (BASTOS, 2024).

Essa abordagem revela uma compreensão profunda da importância da educação emocional e cognitiva das crianças em um contexto hospitalar, onde o pedagogo utiliza o lúdico como uma ferramenta para promover o desenvolvimento mesmo em momentos de vulnerabilidade. A ficha de acompanhamento mencionada pela pedagoga, que registra informações como sexo, idade, motivo da internação e evolução cognitiva, social e motora, destaca a importância de um acompanhamento detalhado do desenvolvimento das crianças, mesmo durante a hospitalização. Bastos observa que esse acompanhamento permite uma análise mais precisa da condição da criança, promovendo uma intervenção pedagógica personalizada e baseada nas necessidades observadas.

O projeto reflete uma dimensão terapêutica da pedagogia hospitalar, onde as atividades educativas não apenas distraem ou entretêm as crianças, mas também auxiliam no seu desenvolvimento integral, proporcionando uma recuperação mais humanizada e ativa. Assim, a pedagogia hospitalar se revela essencial na promoção do bem-estar emocional e no acompanhamento do desenvolvimento de crianças internadas, fortalecendo o papel do pedagogo como um agente de apoio ao tratamento e à recuperação.

Outro desafio identificado refere-se à ausência de uma classe hospitalar formal. A entrevistada explica que, devido ao curto período de internação da maioria das crianças, não há estrutura fixa para esse atendimento. Contudo, ela desenvolve atividades pedagógicas e

encaminha relatórios às escolas de origem, garantindo que os alunos não sejam prejudicados academicamente: “Comunico aos professores que durante o período que fulano de tal esteve internado realizou essas atividades pedagógicas” (BASTOS, 2024).

A estratégia adotada por Bastos para manter a continuidade pedagógica, ainda que em um ambiente sem classe hospitalar, é um exemplo de como o profissional de educação hospitalar pode adaptar-se às condições locais. Embora a classe hospitalar formal seja uma estrutura ideal para crianças que passam longos períodos internadas, como no caso de tratamentos contra o câncer, o envio de relatórios e a realização de atividades lúdicas e educativas garantem que a criança continue em contato com o processo de aprendizado, mesmo que de maneira menos formal.

Essa flexibilidade no trabalho da pedagoga hospitalar é fundamental para minimizar o impacto da hospitalização na vida escolar das crianças. O modelo adotado por Bastos evidencia a importância de uma educação que se ajusta às condições específicas de cada contexto, garantindo que a criança tenha suas necessidades pedagógicas atendidas, mesmo fora do ambiente escolar tradicional.

A entrevista também evidencia a importância do trabalho multiprofissional no ambiente hospitalar. Embora seja a única pedagoga, Bastos atua em conjunto com psicólogos, terapeutas e assistentes sociais, especialmente no acolhimento das famílias e na mediação da comunicação entre equipe médica e pacientes. “O boletim médico já vem em termos técnicos, aí o paciente não entende o que ele tá falando. Aí a gente consegue anotar algumas coisas para quando o médico sair, a gente facilitar essa compreensão para a família” (BASTOS, 2024).

Esse tipo de intervenção demonstra que o pedagogo hospitalar, junto à equipe multiprofissional, desempenha um papel crucial de mediação e acolhimento, atuando como um facilitador da comunicação entre médicos e pacientes. Em muitos casos, como mencionado por Bastos, a complexidade dos termos médicos dificulta o entendimento dos familiares sobre o estado do paciente. Nesse contexto, o pedagogo e os demais profissionais da equipe ajudam a traduzir e explicar as informações de maneira mais clara e acessível, garantindo que a família compreenda a situação e possa tomar decisões informadas.

A pedagoga também menciona que esse trabalho em equipe ganhou mais força durante a pandemia de COVID-19, quando surgiram novas demandas e desafios: “Essa equipe multiprofissional eu achei um diferencial bacana, mas isso foi depois da covid” (BASTOS, 2024). A crise sanitária intensificou a necessidade de um acolhimento mais humanizado e de um suporte emocional mais estruturado para pacientes e famílias, reforçando a importância da integração entre diferentes profissionais no atendimento hospitalar.

Assim, a colaboração entre pedagogo e outros membros da equipe multiprofissional não apenas melhora a comunicação dentro do hospital, mas também oferece um cuidado mais completo e compassivo, focado nas necessidades emocionais e informacionais dos pacientes e de suas famílias. Esse trabalho integrado enriquece a prática da pedagogia hospitalar, evidenciando seu caráter multidimensional e de suporte global ao ambiente de saúde.

Por fim, a pedagoga ressalta que a principal relevância da pedagogia hospitalar está na promoção do bem-estar emocional da criança internada. O olhar pedagógico, segundo Bastos, é "um olhar holístico da realidade", que considera não apenas a doença, mas o contexto social, emocional e ambiental da criança (BASTOS, 2024).

Contudo, a entrevistada reconhece que um dos maiores desafios da pedagogia hospitalar é a escassez de profissionais dessa área. Ela afirma que há muitas demandas que poderiam ser atendidas por mais pedagogos, sugerindo que a presença de uma equipe maior facilitaria o atendimento e melhoraria o serviço oferecido: "O maior desafio de todos os pedagogos é só ser sozinho. Deveria sempre ter mais pedagogo, porque tem muita coisa pra pedagogo" (BASTOS, 2024).

A fala de Bastos destaca o papel essencial do pedagogo hospitalar como um facilitador do bem-estar integral das crianças internadas. Além disso, sua visão de uma atuação interdisciplinar, em colaboração com outros profissionais da saúde, mostra como o pedagogo pode contribuir para a humanização do ambiente hospitalar. A presença do pedagogo não apenas auxilia na educação das crianças, mas também promove uma atenção cuidadosa às suas condições emocionais e sociais, tornando o hospital um lugar menos assustador e mais acolhedor para os pequenos pacientes.

Conclusões

A Pedagogia Hospitalar constitui uma área da Pedagogia voltada ao atendimento educacional de crianças e adolescentes hospitalizados. Essa prática assegura o direito à educação durante o período de afastamento da escola regular por motivos de saúde.

Os resultados demonstram que a pedagogia hospitalar contribui para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. Evidencia-se sua contribuição para o desenvolvimento intelectual, social e emocional das crianças hospitalizadas.

No município de Cametá, observa-se a atuação de apenas uma pedagoga no hospital público investigado. Constatam-se limitações estruturais, como a ausência de brinquedoteca e de classe hospitalar. Verifica-se que as atividades pedagógicas ocorrem, predominantemente, no leito, por meio de práticas lúdicas adequadas à idade e às condições clínicas das crianças.

Os dados indicam que a pedagogia hospitalar favorece a humanização do ambiente hospitalar. Identifica-se que essa atuação minimiza os impactos da hospitalização no percurso escolar. Conclui-se que a pedagogia hospitalar é fundamental para a garantia do direito à educação e para o desenvolvimento integral da criança hospitalizada.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021.

FONTES, R. S. Da classe à pedagogia hospitalar: a educação para além da escolarização. **Linhas,** Florianópolis, v.9, n.1, p.72-92, jan./jun.2008.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATOS, Elizete Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar.** Curitiba: 2001.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.